

VER, JULGAR, AGIR, REVER E CELEBRAR:

Notas sobre a ação católica em São Luís-MA.

Jesus Marmanillo Pereira

1. Introdução

A década 1980, na cidade de São Luís-MA, foi caracterizada por um grande desenvolvimento econômico proveniente da implementação do projeto Grande Carajas, cuja finalidade era a extração de alumínio, administrada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

A implantação desse projeto trouxe grandes mudanças sociais para o Estado do Maranhão e em especial para São Luís, a começar pela própria instalação da estrada de ferro, que necessitou da liberação de uma grande área livre e conseqüentemente a expulsão de pequenos proprietários que nessa área viviam e também da construção do porto do Itaqui, que também necessitou da expulsão de famílias locais. Na capital, tais ações resultaram no crescimento demográfico e falta de serviços urbanos básicos para os novos habitantes da cidade.

Coexistindo com as precárias condições de vida das populações periféricas recém-chegada na capital¹ havia um discurso oficial com forte teor de desenvolvimentismo econômico e industrial, característico dos governos militares pós 64. Em perspectiva ideológica antagônica, houve a inserção de seminaristas e párocos locais que difundiam uma idéia de solidariedade, politização e críticas às ações estatais que iam de encontro às condições de vida das famílias e do povo.

Analisando o contexto nacional da década de 1970 Sader (1988) percebe atuação de três agências ou centros de elaboração discursiva relacionadas ao cotidiano popular e a luta contra as condições dadas. Fosse por uma matriz discursiva sindical, marxista ou católica, as “contradições urbanas” eram alvo de uma forte crítica, embasada em elementos que indicavam características institucionais e atribuíam sentido às ações de reivindicação.

Nesse sentido, o presente texto visa analisar a matriz discursiva expressa nos setores progressistas da igreja que atuaram em São Luís, durante a década de 1980, tomando como base analítica os sentidos e enquadramentos atribuídos à reivindicação. Em outras palavras, quais são as condições históricas e sociais que dão suporte ao “ver, julgar,

agir, rever e celebrar” – método utilizado nos movimentos oriundos da igreja católica, conhecidos como “ação católica” ou setores progressistas da igreja.

Para tanto, nos valeremos de elementos da teoria do processo político e do construtivismo sócio-cultural, desenvolvidos por teóricos como Sidney Tarrow e Snow Andy Benford também da contribuição de historiadores como Eric Hobsbawm, cuja perspectiva de *historia social* vai de encontro aos processos de problematização e elucidação de aspectos importantes do objeto.

Empiricamente, foi analisado um conjunto de fontes compostas por recortes jornalísticos de declarações do arcebispo de São Luís, da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros(CNBB), e de relatórios da Delegacia de Ordem Política e Social(DOPS), que continham a atuação de padres em manifestações de reivindicação ou resistência frente às ações do governo local.

Seguindo a referida perspectiva teórica, o texto está organizado em três partes onde serão abordados, os aspectos históricos relacionados às mudanças na concepção de igreja católica, algumas organizações vinculadas à arquidiocese de São Luís e sua importância enquanto fonte de recursos a serem mobilizados, e por fim os condicionantes sociais e a estrutura que forneceu suporte às ações de educação popular e atuação geral dos párocos.

2. Insituição católica durante as décadas de 1980

Em 1 de maio de 2010, na BR 135 - próxima às áreas rurais do Tibiri e Vila Itamar - havia um carro de som, muitas pessoas e um padre que falava sobre a falta de emprego, o individualismo e o neoliberalismo. Entre muitas palavras de ordem política, o padre conhecido como Jean Marie Vann Damme disse:

O nosso lugar não é dentro da igreja não! O nosso lugar é fora da igreja, na política, nas empresas, nas repartições, nas comunidades, para lá, como Jesus, fazer com que as pessoas que são paralisadas, se levantem.....
(Vann Damme, 2010)

Tais palavras expressam uma concepção de igreja datada historicamente e que foi fruto do trabalho social de agentes envolvidos em reuniões, encontros e disputas por uma concepção de atuação religiosa(Bourdieu, 2002), ou seja, nem sempre foi possível observar tal experiência, com a “naturalidade” com que se desenvolve hoje.

Longe de representa um bloco monolítico, Soares (2001) observar que nas década de 1950 a ação católica² passa por um momento de transição, passando do modelo italiano,

centralizado e hierarquizado, para o modelo belga-francês-canadense, descentralizado e democrático, com maior inserção no meio operário e social. A partir de então, foi possível a emergência dos setores conhecidos como “progressistas” dentro dessa instituição e o surgimento de vários grupos como: as Juventudes Católicas dentro de suas específicas realidades: a Juventude Agrária Católica (JAC), nas zonas rurais; a Juventude Estudantil Católica (JEC), nos movimentos de jovens secundaristas; a Juventude Operária Católica (JOC) no campo operário; a Juventude Independente Católica (JIC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), nos meios universitários.

No Brasil, essas inserções em questões “problemas sociais” promovendo debate, apoio e conscientização, ocorreram desde 1962, quando três padres do Rio Grande do Norte realizaram uma campanha para arrecadar fundos e gerar maior autonomia financeira das igrejas locais. A partir de 1963 essa campanha ganhou caráter nacional e ficou conhecida como Campanha da Fraternidade.

Tais campanhas sinalizam muito sobre a perspectiva de comportamento que se esperava dos cristãos por esse setor da igreja, sendo vinculadas a eventos e ações que ocorriam dentro e fora da igreja. Por exemplo, as campanhas relacionadas à renovação da igreja, das paróquias e promoção de sentimento de igualdade entre todos carregam reflexos da transição para o modelo belga-francês-canadense, como de eventos como Concílio Vaticano II (1962-1965), que almejava uma atualização da igreja, e também com o advento do Conselho Episcopal Latino Americana (CELAM) em Medellín, em 1968, que entre outras coisas debatiam sobre o papel da igreja na transformação da América Latina.

Localmente as campanhas iam contra o contexto de precariedade ludovicense, por exemplo, as campanhas de 1979, 1981, 1982, 1983, 1985 e 1986 possuíam os respectivos lemas: 1) Preserve o que é de todos, 2) Saúde para todos, 3) A verdade vos libertará, 4) Fraternidade sim, violência não, 5) Para que todos tenham Vida, 6) Pão para quem tem fome, 7) Terra de Deus, terra de irmãos e representavam uma crítica direta a instalação das empresas mineradoras em São Luís, às precariedades de condições de vida e saúde das populações periféricas, à falta de escolas, à violência policial manifestada na repressão de reivindicações ou na expulsão de famílias de terrenos visados pelas empresas e imobiliárias etc..

Se as campanhas da fraternidade em nível nacional sinalizavam uma influência dos eventos internacionais do II Concílio Vaticano, de Medellín e da mudança de modelo de

ação católica, as organizações locais e seus agentes não estiveram isolados de todos desses mesmos acontecimentos, que influenciaram as redes dessa instituição.

3. Organizações progressistas em São Luís

Localmente houve, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, a emergência de organizações ligadas direta ou indiretamente a arquidiocese de São Luís-MA. Seguindo a mesma orientação geral, essas organizações podem ser caracterizadas por suas ações em determinados “problemas” como por exemplo, na denúncias de violações de direitos, nos conflitos por terra, nas questões de saúde, educação e assistência social.

Nesse contexto de crítica, religiosidade e conscientização observamos as ações da Comissão Justiça e Paz (CJP), que era uma organização vinculada a Arquidiocese de São Luís-MA, fundada em 1981. Essa organização esteve presente na promoção de encontros relacionados à questão da habitação e na promoção de assessorias jurídicas junto aos moradores da Liberdade e na elaboração de denúncias contra a violência policial, como foi o caso da desocupação de famílias no Sá Viana em 20 de setembro de 1980.

Outra organização que se instalou na capital, em 1973, foi a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Essa já existia em nível nacional desde 1961, com o apoio do Órgão de Conferência Nacional dos Bispos Norte Americanos. Seu objetivo era ajudar organizações dedicadas a auxiliar instituições de assistência social e educacional. Na sede de São Luís-MA contava com 8 técnicos que atuavam, inicialmente, no litoral ocidental do Maranhão, na ilha de São Luís e nos subúrbios da capital. Posteriormente passou a atuar em situações de conflito por terras no interior do Estado e fixou um escritório na cidade de Santa Luzia-MA. Tal organização era responsável pela assessoria técnica dos projetos da igreja local, o que sinaliza um processo de racionalização e burocratização (Weber, 1999)

Já em 1975 têm-se os primeiros sinais da Comissão Pastoral da Terra(CPT), coordenada em São Luís-MA, pelo Padre canadense Victor Asselin até 1980 e depois pelo padre francês dom Xavier Gilles de Maupeou d' Ableiges. Desde 1981, essa organização publica anualmente, relatório sobre problemas trabalhistas e de conflitos por terra no campo. Além de relatórios também forneciam assessorias jurídica e promoção de cursos, como por exemplo o curso acadêmico de Especialização em “Direito Agrário” – ABRA e CPT, São Luís, promovido em 1982. (PEREIRA, 2011)

Em relação as reivindicação por saúde, vale ressaltar a Associação Saúde da Periferia, que surgiu em São Luís-MA, entre 1982 e 1983 e contava com o apoio da MISERIOR- organização de combate a pobreza e a fome, vinculada a igreja católica alemã. Em 1986 iniciou, em São Luís-MA, um projeto de educação de Jovens e Adultos. Em 1987 atuou junto com a prefeito Jackson Klepper Lago, na formação de um Conselho Municipal de Reforma Sanitária. Em 1982 destacou-se na prestação de assessorias para o Movimento de Defesa dos Palafitados e Favelados do Maranhão. Essa organização compunha-se de professores univesitários, padres, politicos, etc.

Outras organizações como a Comissão Pastoral Carcerária(CPC), a Cáritas regional, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos(SMDH) e o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini (CDMP) também compunham esse conjunto de organizações de reinvidicação de direitos. Pensando em termos de *redes* ou conexões, a situação é bem mais ramificada, já que essas organizações compunham-se de agentes ligados a diferentes atividades profissionais (advocacia, jornalismo, serviço, social, professores e padres), possibilitando assim a ativação de *capital social* instrumentalizado (BOURDIEU,2007) importantes recursos, manifestados quase sempre nas assessorias jurídica, educacional, sindical etc.

Para se ter noção dos quadros profissionais dessas organizações, pode-se citar os exemplos da Comissão Justiça e Paz e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. A primeira contava entre seus membros com o sociólogo e professor da Universidade Federal do Maranhão, José Carlos Sabóia, com a assistente social Ozanira Silva e Silva, que era professora da mesma instituição, com a psicóloga chamada Naiara e a advogada e jornalista Helena Barros Heluy³.

Com essa heterogeneidade, é possível destacar que o nível de especialização caracteriza os setores progressistas pela “interdependência”, ou seja, por aquela *solidariedade orgânica* trabalhada por Durkheim (1989), caracterizada diferença e interdependência entre os diferentes agentes agrupados. Nesse sentido, pode-se dizer que a maior divisão do trabalho gera maior dependência entre pessoas e conseqüentemente maior necessidade de associativismo.

Além da atuação dessas organizações compostas por quadros profissionais variados, também havia a atuação direta dos párocos sobre alguns bairros de São Luís, por meio das ações das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs). (cadê as fontes?)

De fato, as primeiras mobilizações e trabalhos realizados entre as populações periféricas e os segmentos da igreja, ocorreram por meio das CEBs, que eram grupos que fomentavam a discussão religiosa contextualizando-a com os problemas sociais locais. Essas comunidades tiveram seus princípios oriundos do Concílio Vaticano II e foram consolidadas principalmente com o advento do Conselho Episcopal Latino Americana (CELAM) em Medellín, em 1968. Naquela ocasião, foi discutido o documento final sobre estas comunidades, e concluído que essas comunidades eram especialmente apropriadas para os pobres, causa através da qual seus aderentes poderiam testemunhar sua fé e tomar posições sociais e políticas compatíveis (MAINWARING, 2004).

As atividades das CEBs em São Luís-MA iniciaram-se com os padres redentoristas na paróquia de São Cristovão, no bairro do Tirirical, que na época eram responsáveis por assistir à área correspondente à metade da ilha de São Luís. Segundo Borges, (2008) na década de 1970, parte delas assumiu os preceitos da Teologia da Libertação, a partir do método *ver, julgar e agir*, associando suas práticas caritativas a questões de organização sindical e política.⁴ Sabe-se que em 1975 já haviam atividades dessas comunidades na região do Anjo da Guarda.⁵ O trabalho desenvolvido pela CEBs, na região do Anjo da Guarda, instigou a politização e organização popular que pode ser percebida na existência de formas de organização e constestação, como o Movimento Comunitário Católico do Anjo da Guarda, Associação Itaqui-Bacanga e Conselho Popular da área Itaqui-Bacanga, os grupo de Teatro Grita e clubes das mães.

Comumente, essas CEBs serviam como espaço de mediação entre as comunidades e outras organizações também vinculadas à Arquidiocese de São Luís ou à Igreja de forma mais ampla, como são os casos da Comissão Justiça e Paz- CJP, Associação da Saúde da Periferia (ASP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Cáritas.

Como percebe Tarrow(2009), por mais que os indivíduos decidam optar ou não por uma ação coletiva, é nos seus grupos face a face, nas suas redes sociais e estruturas conectivas existente entre eles que ela é frequentemente ativadas e mantidas. Muito mais que as origens sociais e ideológicas, é necessário um ambiente propício, no qual redes e instituições (TARROW,2009) ou percepções com capacidade de expressar esses aspectos

sob a forma de movimento social, ou seja, em ações coletivas - em outros termos, pode-se falar em condicionantes sociais necessários para a ação coletiva.

Nesse sentido, a relação de mediação entre as CEBS (localizadas geralmente nas paróquias) e as organizações ligadas diretamente e indiretamente a Arquidiocese de São Luís (CPT, CJP, Cáritas, CDMP) sinaliza a existência de agentes dotados de *capital social*, fundamental para a estruturação das ações que visavam contribuir com as populações fragilizadas. Sobre *Capital social* entende-se

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos) mas também são unidos por ligações permanentes e úteis...O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital econômico, cultural ou simbólico que é de posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (BOURDIEU, 2007, p. 67)

Essa definição pode ser pensada por meios dos agentes, quando mobilizam ou ativam determinados recursos, por meio de seus contatos. A extensão das organizações, instituições e quadros profissionais envolvidos sinalizam então uma possibilidade ampla de obtenção de recursos e também a importância desse tipo específico de *capital*.

Sobre essa perspectiva, poderíamos observar tais organizações por meios dos recursos individuais mobilizados, em relação a outros indivíduos e contexto específicos, nos momentos de ação coletiva. Nas palavras de Hobsbawn (1998) trata-se de escrevermos a história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas. Tais unidades seriam definíveis em termos sociológicos.

4. Condicionantes sociais da ação católica em São Luís

No dia 26 de maio de 1982, o deputado Haroldo Sabóia, então líder do PMDB, falou na Assembléia Legislativa do Maranhão:

A organização dos moradores (...) durante todo o tempo de luta, recebeu apoio de padres e religiosos da Paróquia do Divino Espírito Santo. O padre Bráulio, que orienta os trabalhos dessa paróquia esteve presente em todos os momentos de organização e decisão dos moradores. Há, hoje uma consciência da formação de que a fixação na área que ocupam é resultante da organização e resistência moral da comunidade. (Folha do Maranhão 27/05/1982)

Tal declaração faz referência à atuação do padre José Bráulio Sousa Aires na paróquia do Divino Espírito Santo, no bairro da liberdade. Não por acaso seu nome ecoavam pela tribuna da Assembléia Legislativa, pois o próprio Haroldo Sabóia possuía presença em algumas atividades locais de organização e reivindicação das populações daquele bairro. Nesse sentido, é importante não tomar as atuações dos párocos como ações isoladas, pois estiveram sustentadas em determinados recursos, redes e capitais.

Durante a década de 1980, os nomes dos eclesiásticos tornaram-se constantes nos espaços além dos portões da igreja, em manchetes jornalísticas, em documentos da Delegacia de Ordem Política e Social, em panfletos e nas falas dos que militavam pela defesa de determinados direitos.

Noticias como “Igreja exige inquérito sobre a polícia” (O Estado do Maranhão, 18/01/1979); “Igreja lança nota contra invasão no Sá Viana” (Jornal Pequeno, 25/09/1980), “Padre Marcos ia sendo assassinado / Grave Conflito de Terras no Tirirical” (Jornal Pequeno 23/04/1981) e “Polícia prende Padres e Acaba com Palafitas” (Jornal de Hoje 29/05/1982), denunciavam um problema que ganhava espaço na opinião pública e materializavam todas as mudanças históricas da instituição católica, por meio das atitudes desses padres engajados nos problemas sociais de São Luís-MA.

Para exemplificar essa relação entre os agentes em relação aos seus condicionantes sócio históricos discorreremos a seguir, sobre uma situação específica que demonstra um pouco do contexto histórico, dos capitais acumulados pelos padres, a ativação dos capitais sociais e da forma essas aspectos influenciaram a reivindicação por moradia em São Luís-MA.

4.1 Da paróquia do Divino Espírito Santo à Arquidiocese de São Luís

Enquanto os padres cantava, hinos e rezavam para aliviar a dor das famílias que viam cerca de 300 soldados protegerem a destruição de seus casebres, os oficiais da polícia militar prendiam grosseiramente os padres Bráulio, Vitório, Baroni e Xavier e os jogavam em infectos camburões sob a mira de metralhadoras e fuzis. Mas também não foram somente os padres as vítimas da polícia militar. Várias senhoras foram arrastadas pelos policiais militares e lançadas também nos camburões.. Os quatro padres foram recambiados para o DOPS e depois levados à presença do coordenador geral de segurança CEL. Neon Pereira, que procurou, de maneira gentil, justificar a violênta ação policial.
(Jornal Pequeno, 28/05/82)

O trecho, extraído da reportagem, demonstra a atuação direta de quatro padres em uma situação de conflito por terreno, ocorrida no bairro da Liberdade. A utilização de ações pacíficas de reivindicação em relação ao poder militar, apesar de demonstrar uma aparente fragilidade trazia consigo um forte poder institucional que era a única, naquele contexto de repressão política e clandestinidade. Tal poder estava ancorado em uma rede e de quadros espalhados por toda a nação e um sistema de comunicação com capacidade integradora (DELLA CAVA, 1988).

Não é demais dizer que a prisão dos referidos padres⁶ somadas à invasão policial na catedral Nossa Senhora da Vitória⁷, ocorrida no mesmo dia, fortificou ainda mais, o aspecto institucional do conflito que pode ser interpretado não apenas como um conflito entre padres e policiais, mas também entre uma parcela instituição católica e o governo ditatorial militar. Sobre essa transição de percepções sobre o conflito o Pe. João Miguel Mohana⁸ ressaltou, na imprensa local:

Essa invasão é uma agressão à igreja. Espero que o governador Ivar Saldanha mande apurar a responsabilidade do envolvimento de policiais militares no episódio, porque não é possível mais admitir-se esse tipo de violência que chegou ao ponto de atingir uma instituição como a igreja. (Jornal Pequeno 02/06/1982)

Além da crítica feita por Pe. João Miguel Mohana, o próprio Arcebispo Dom João José da Motta Albuquerque junto com mais 16 padres condenaram a violência cometida contra os membros da instituição da qual fazem parte. Segundo a reportagem intitulada “Igreja condena prisão de padres” (O Imparcial, 08/06/1982) o arcebispo afirmava que a partir do momento em que a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) assumiu, através de um documento sobre a problemática do solo urbano, a corrente opção preferencial pelos pobres, a igreja local passou a ser alvo do mesmo mecanismo repressor que atingia as populações do bairro da Liberdade.

Fazendo crítica à “violência institucional” o Arcebispo reafirmava o “espírito” do Concílio Vaticano II e do CELA, expressando o papel e sentido da mobilização dos setores progressistas, que puxavam para si um papel crítico perante o Estado. Dessa forma, o apoio dado às comunidades periféricas reafirmava uma valorização religiosa e ganhava também um sentido político.

4.2 Ver-julgar-agir-rever-celebrar: Educação e politização das comunidades

Como foi possível perceber, a estrutura da igreja local poderia ser toda mobilizada, de paróquias à arquidiocese, em torno de uma ação comum. Tal fato não está desvinculado das relações estabelecidas entre os agentes pertencentes a esses domínios, nem do contexto histórico que marcava a instituição católica da época.

De pároco a arcebispo, a educação foi utilizada como meio de ação junto às populações locais. Essa modalidade de ação era embasada ainda, pela própria campanha da fraternidade de 1982, cujo lema era “A verdade vos libertará”. É importante salientar que a educação percorrida aqui é conhecida como informal ou não formal que segundo Gohn,

Designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN, 2006, p.28)

Nesse sentido, a educação associada às ações religiosas visavam nesse período, a transformação social e capacitação dos indivíduos relacionada às conquistas de direitos coletivos e melhor qualidade de vida.

Um exemplo pode ser dado pelo próprio arcebispo da época, quando imprimiu 5 artigos em grandes quantidades para serem distribuídos em todas as paróquias de São Luís, durante as missas dominicais. Os dois primeiros artigos eram intitulados: “*Para uma consciência Política*” e “*Porque trata assim teu povo?*”. No primeiro artigo distribuído, o arcebispo enquadrava discursivamente o papel profético da igreja sobre o contexto de precariedade e orientava os párocos com as seguintes instruções:

Aos caríssimos diocesanos

Oração, reflexão e ação são os pilares da missão da igreja em qualquer setor de atividade, mesmo na política. Quando entram em jogo os direitos naturais e inalienáveis da pessoa humana, a igreja tem direito e o sagrado dever de se fazer presente no processo histórico da construção da pátria, em razão de sua missão profética- missão de quem fala em nome de “Deus que criou o homem a sua imagem e semelhança. Cabe a igreja, junto ao povo de Deus questionar aspectos de um sistema político, denunciar o pecado social e alertar contra o perigo de um sistema pecaminoso se constituir a razão de ser do Estado. “O Imparcial” (19/09/1982),

As palavras de Dom João José da Motta Albuquerque, que refletem bem o “espírito” do Concílio Vaticano II, podem ser interpretadas enquanto *Frames* (SNOW e BENFORD, 2000), já que caracterizavam um processo de *alinhamento* cuja dimensão discursiva atribui sentido a inserção religiosa na “questão”. Quando justificou a “oração” reflexão e ação” no “setor político” em função do processo histórico de construção da pátria e da defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, mobilizou significados relacionados a “pessoa humana” associados a ideia de direito, e outro ligado a ideia de pátria, que seria mais ampla e política.

Nas paróquias eram desenvolvidas reuniões, debates sobre temas locais e atividades didáticas apoiadas no método Paulo Freire, de buscar a formação de uma consciência a partir da própria realidade local. A importância da educação e o papel da igreja podem ser verificados também na declaração feita pelo Pe. José Bráulio Sousa Aires quando foi detido pela Delegacia de Ordem Polícia e Social. Segundo o pároco:

Ele, na qualidade de vigário, tem o objetivo de assistir essa porção do povo de Deus, a si confiada pela igreja; que fiel do compromisso da igreja junto aos pobres, ensinar a justiça e a concordia; que diante dessa situação de ocupação da área, a sua preocupação é de encontrar saídas humanas de acordo com as leis vigentes.. que educar o povo que seus direitos fundamentais devem ser respeitados é um dos seus objetivos, que diante de tal situação, acha que o povo deve se reunir para discutir e reivindicar seus direitos e deveres; que acha que o povo deve ser atendido e assistido pelos órgãos competentes.⁹

Tais reuniões e debates promovidos localmente são elementos importantes para a compreensão da formação de lideranças locais. Tal fato pode ser exemplificado em pessoas como Dona Maria José Serrão¹⁰, que, de participante do grupo de Jovens da Igreja do Divino Espírito Santo, chegou a fazer parte da direção do MDFP-MA, entre outros.

Conclusão

A presente pesquisa nos indicou que a compreensão da relação entre ações, os sentidos e as percepções associadas às mesmas, podem ser melhor compreendidas por meios da relação entre as mudanças históricas da igreja e suas repercussões em nível local, tanto nas ações dos párocos quanto nas ações dos arcebispo e outras organizações vinculadas direta e indiretamente a arquidiocese.

Nesse sentido, as influências do II concílio Vaticano e o CELAN podem ser verificadas a nível nacional por meio das campanhas da fraternidade, e em nível local, através das inserção dos párocos na promoção de debates e difusão de informações, visando a conscientização política e reivindicação de direitos. Esses processos educativos e

socializadores foram erguidos a partir de uma linha discursiva católica progressista e freiriana(SADER,1988 e DOIMO,1995), apoiada sobre a estrutura física da instituição católica e que contava com padres dotados de capitais educacionais e políticos importantes na estruturação da reivindicação. Nesse sentido, vale destacar que os quadros profissionais das organizações unidos aos *capitais sociais* dos militantes conferiam aos processos de reivindicação uma boa possibilidade de obtenção de recursos - serviços especializados de advocacia, de educação popular, elaboração de projetos etc..

Em suma, a ação católica adquiriu aspecto politizador, se tornando então uma ação política que só pode ser entendida por meio da análise da matriz discursiva da igreja e sua posição antagonica ao contexto de precariedade social ludovicense. Por outro lado, os agentes que constituem essa instituição desenvolvem suas atividades orientados por essa mesma matriz, valendo-se de *capitais* próprios e da relação existente dentro das redes estabelecidas entre os membros da igreja.

Referencia Bibliografica

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. Campinas, UNICAM / IFCH. Dissertação de Mestrado, 1998

BOURDIEU, Pierre. **Lições de Aula**. São Paulo: Atica, 1988

_____ **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

DELLA, Cava, Ralph 1988 "A **igreja e a abertura**, 1974-1985," In: Stepan A, org. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988

DOIMO, Ana M. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DURKHEIM, Émile, (1975). **Educação e Sociologia**. 10. ed.São Paulo: Melhoramentos.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994

IBGE, **Síntese dos Indicadores Sociais** 2003, Rio de Janeiro: 2004.

GISTELINCK, F. **Carajás: usinas e favelas**. São Luis: Minerva, 1988

GOHN, M. G. M. **Paulo Freire e a Formação de Sujeitos Sociopolíticos**. Caderno de Pesquisa Pensamento Educacional, v. 4, p. 4-20, 2009.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre a História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SOARES, Paulo Celio. **CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Mestrado em História, da Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988

SNOW, David; BENFORD, Robert. **Framing processes and social movements: an overview and assessment**. Annual Rev. Sociology, Palo Alto, v. 26, p. 611-39, 2000.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Engajamento militante e “luta pela moradia” em São Luis entre as décadas de 1970 e 1980**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – PPGCSO/UFMA, 2010.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999

¹ Para mais detalhes ver GISTELINCK,(1988)

² É o nome dado ao conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica no século XX.

³ Agentes identificados nos relatório da DOPS-MA(do Pasta 97 Cód 7 . Debate Violência Não! Moradia Sim! 2º sec. informe 0150/SI/SSP/DOPS/MA/1982)

⁴ Segundo o advogado, professor, padre e primeiro coordenador estadual das CEBS, Victor Alessim: “Foi uma bela experiência na minha vida. Viver a experiência da uma Igreja inserida na vida do povo.” Victor Alessim nasceu em Quebec, no Canadá e chegou Maranhão no dia 31 de julho de 1966. Foi, também, um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra no Brasil e o fundador da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão. Em 1982, lançou o livro Grilagem, Corrupção e Violência em Terra do Carajás. Foi criador do conselho de segurança Cidadã e recebeu, em 2009, o título de cidadão Maranhense, pela Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. Informações extraídas de <http://www.limitadaterra.org.br/imprimeNoticia.php?id=297> e www.al.ma.gov.br/diario/diario05-10-09.pdf acessados às 01h45min de 9 de dezembro de 2010

⁵ Informações coletadas através de entrevistas com o ex-pároco do Ano da Guarda em 1975.

⁶ Entre os quais destacamos o missionário francês Dom Xavier Gilles de Maupeau d’Ableiges que era coordenador da Comissão Justiça e Paz local e José Bráulio Sousa Aires pároco da área atingida e vice- reitor do seminário Santo Antonio.

⁷ É a sede da arquidiocese de São Luís localizada na Praça Pedro II, no centro da cidade.

⁸ João Miguel Mohana formou-se em medicina pela Universidade Federal da Bahia, foi seminarista no seminário de Viamão no Rio Grande do Sul e escreveu vários romances, sendo, inclusive, membro da Academia maranhense de Letras.

⁹ Declaração presente no Informe n 32 / 84 PM/ (pasta 97 intitulada Problemas do menor e de moradia do menor (Arquivo da DOPS-MA.)

¹⁰ Nasceu em 1938 na cidade Bacurituba-MA. Participou de grupo de jovens da Igreja do Divino, no bairro da Liberdade. Era membro da Associação de Moradores do Bairro da Liberdade e participou dos encontros e atividades desenvolvidos pelo Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão (MDFP-MA). Atualmente trabalha no Fórum popular pela Moradia e promove atividades como financiamento de casas e assentamentos de “famílias” em terrenos.